

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appindicato.org.br | Facebook: @appindicato
 Presidente: Hermes Silva Leão | Secretário de Comunicação: Luiz Fernando Rodrigues | Secretário Executivo de Comunicação: Claudinei Pereira | Jornalistas: Fabiane Burmester (4305-PR), Gelinton Batista (8027-PR) e Uanilla Pivetta (8071-PR). Diagramador: Rodrigo Romani (7756-PR) | Técnica em atendimento (fale conosco): Valdirene de Souza | Edição de vídeos: Luan Pablo Romero de Souza

Nº 1194

22 de julho de 2020

APP-Sindicato exige estudos que fundamentem retorno às aulas

Defesa do Sindicato é pela saúde e segurança da comunidade escolar e de todos(as)

Reunião do Comitê de Volta às Aulas aconteceu on-line, nesta quinta-feira (16), para tratar a questão do retorno ou não das aulas presenciais da rede pública paranaense. Representantes da APP-Sindicato, que integra o Comitê junto com a Secretaria da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed) e a Casa Civil, intensificaram o debate em que o Sindicato cobra a apresentação de dados e estudos da Secretaria da Saúde do Paraná (Sesa) sobre as condições que seriam ideais para o retorno das aulas sem colocar ninguém em risco.

A secretária de Finanças do Sindicato, Walkiria Mazeto, lembra que um possível retorno significa colocar em circulação mais de dois milhões de pessoas que hoje estão em isolamento social, sejam estudantes ou trabalhadores(as) da educação. “Apresentamos também a preocupação da construção coletiva de vários protocolos que organizarão o retorno das aulas. A Secretaria da Educação tem apresentado que não há previsão de data do retorno. Nós indicamos que não há previsão de retorno nesse ano, pois as condições que vão dizer isso são sanitárias e epidemiológicas – e ainda não as temos”.

A secretária geral do Sindicato, Vanda Santana, explica que o Comitê está apenas no início do estudo e é preciso ampliar o debate, pois atualmente as condições de retorno estão longe de serem atingidas pelo acompanhamento da evolução da contaminação do coronavírus. “No debate do retorno é fundamental a participação de todos os sistemas de ensino do Estado, incluindo as redes municipal e privada, pois não é possível fazer um plano de retorno separado e sim de forma colaborativa. Também é fundamental uma organização pedagógica com autonomia das escolas a partir da avaliação diagnóstica do acesso e da aprendizagem durante o período do ensino remoto. Além dos calendários de 2020 e 2021 para que sejam considerados de forma unificada, sem pressão para fechamento do ano letivo. Precisamos debater a jornada de trabalho em um modelo híbrido, entre outros fatores. O ano e os estudos podem ser recuperados, mas as vidas não”.



Foto: AEN

O Sindicato segue o debate com a Secretaria da Educação sempre reafirmando a preocupação e a defesa pela saúde e segurança de todos(as)

“Apresentamos também a preocupação da construção coletiva de vários protocolos que organizarão o retorno das aulas. A Secretaria da Educação tem apresentado que não há previsão de data do retorno. Nós indicamos que não há previsão de retorno nesse ano, pois as condições que vão dizer isso são sanitárias e epidemiológicas – e ainda não as temos.”

Walkiria Mazeto,
Secretária de Finanças
da APP-Sindicato.

Também participaram da reunião, que faz parte da programação de encontros setoriais do Comitê de Volta às Aulas, iniciada nesta segunda-feira (13), o diretor-geral da Secretaria da Educação, Gláucio Dias e Laura Bittencourt Silva, assessora da diretoria da Casa Civil.

O Sindicato segue o debate com a Secretaria da Educação sempre reafirmando a preocupação e a defesa pela saúde e segurança de todos(as). Entre os temas abordados estão os protocolos sanitários, como distanciamento, higienização e questões pedagógicas.

Volta às Aulas diretrizes CNTE

A APP-Sindicato também está embasada nas diretrizes emitidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Entre as formulações, está a do não retorno às aulas enquanto não tiver as condições sanitárias objetivas. A direção do Sindicato acompanha o debate nacional que traz indicativo de greve geral da educação caso estado e municípios decretem a volta das aulas sem as condições necessárias.

Sindicato cobra suspensão de alterações na EJA e abertura de matrículas da Educação Profissional

Reivindicações foram apresentadas durante reunião virtual da Comissão de Educação da Alep

Foto: Euclides Garcia



Dirigentes da APP-Sindicato participaram, nesta terça-feira (21), de uma reunião virtual convocada pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O sindicato cobrou soluções imediatas para problemas criados pelo governo na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para a Educação Profissional.

O presidente da APP-Sindicato, professor Hermes Silva Leão, conta que o tema central da reunião foi a “precariedade em que se encontra Educação de Jovens e Adultos” devido a decisão tomada pela Secretaria da Educação e do Esporte (Seed) que acabou com a oferta de ensino flexível. “As críticas que o sindicato fez desde o início do segundo semestre de 2019 se mostraram acertadas. Denunciamos o processo de exclusão e o aligeiramento imposto por exames que não garantem os direitos de aprendizagem aos jovens e adultos”, disse Hermes.

Segundo Hermes, os(as) participantes da reunião reconheceram o problema. O dirigente explica que a Comissão de Educação da Alep fará a mediação dos debates sobre a organização e oferta da EJA na rede estadual.

O presidente da APP-Sindicato também cobrou do empresário Renato Feder, secretário da Educação, a prorrogação do prazo para matrículas além da continuidade e abertura de turmas, para o segundo semestre letivo, dos cursos técnicos da Educação Profissional oferecidos pela rede pública estadual.

A EJA é destinada a jovens e adultos que não puderam concluir os estudos na idade adequada. Até 2019, os estudantes dessa modalidade tinham a opção de estudar disciplinas isoladas e frequentar a escola de acordo com sua disponibilidade. Esse sistema flexível atendia a realidade de pessoas que têm dificuldade de estudar diversas matérias ao mesmo tempo ou que a escala de dias e horários do trabalho impede a frequência diária na escola.

A partir de 2020, o governo Ratinho Junior obrigou todas essas pessoas se adaptarem a um novo modelo, semestral, com quatro disciplinas ao mesmo tempo e exigência de frequência diária. Segundo Hermes, como o sindicato havia denunciado, a decisão do governo provocou desistência e reprovação por falta em massa.

